

CNBB admite que plebiscito é “obscuro” ao indagar sobre dívida

Marluza Mattos
De Brasília

A segunda pergunta que consta na cédula do plebiscito sobre a dívida externa brasileira, que teve início sábado, pode induzir à aprovação da moratória, mas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que lidera a consulta popular, está argumentando que não é esta sua intenção e que a pergunta pode estar mal feita. “O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública, como previa a Constituição de 1988?”, diz a pergunta.

Quem optar pelo “não” como resposta, sugere que a dívida não deve ser paga, já que a auditoria nunca foi realizada. “Não queremos a moratória ou calote”, argumenta o padre Alfredo José Gonçalves, coordenador nacional do movimento, logo depois de admitir que a pergunta está “obscura”. Segundo o assessor da Pastoral Social da CNBB, o objetivo principal da consulta popular é a auditoria sobre os cálculos do que o país deve no exterior: “Queremos mais transparência”. Mas a pergunta não faz a consulta direta sobre a auditoria.

Para o vice-presidente do PT, o economista Valter Pomar, integrante do grupo que elaborou as questões, a pergunta está correta. “Se a pessoa disser não, está dizendo que a forma com que o governo vem pagando a dívida está errada. O plebiscito não sugere uma política para o futuro, apenas julga a política atual”, explica Pomar.

A consulta popular sobre a dívida está sendo realizada em 2,8 mil municípios brasileiros e conta com o trabalho voluntário de 100 mil pessoas, segundo dados da CNBB. O plebiscito continua



Consulta popular foi iniciada na semana passada e deve ter os resultados divulgados no dia 13 de setembro

até 7 de setembro. Na cédula ainda constam outras duas perguntas. Uma questiona o acordo feito entre o governo brasileiro e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a segunda pretende saber a opinião da população sobre o pagamento, ou não, da dívida interna aos “especuladores”, com parte do orçamento público.

O resultado da consulta será divulgado em sessão da Câmara no dia 13 de setembro. “Se a maioria disser ‘não’, vamos mobilizar a sociedade pela realização da auditoria. Dependendo da situação, partimos para um

plebiscito oficial sobre o assunto”, acrescenta Gonçalves. Caso o resultado seja outro, a discussão será abandonada.

O plebiscito faz parte do calendário de atividades da Campanha Internacional Jubileu 2000, lançada pelo Vaticano, que prega o cancelamento das dívidas dos países empobrecidos. A proposta é uma iniciativa conjunta da CNBB, de entidades sindicais, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, com apoio dos partidos de oposição.

O governo critica a proposta

do plebiscito e lembra que o perfil da dívida externa foi alterado nos últimos anos. A maior parte da dívida, argumenta-se no governo, está nas mãos da iniciativa privada. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi o primeiro no governo a contestar o plebiscito da CNBB. Polemizando com a entidade católica e o PT, o ministro da Fazenda tomou a iniciativa de voltar à cena política da qual havia se afastado desde que se tornaram mais frequentes as notícias sobre sua eventual candidatura à Presidência da República, em 2002.